



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
03/03/2026	16h	17h30min	reunião efetuada por acesso remoto (videoconferência), via <i>link</i> gerado pela entidade.

2. Pauta

Item	Descrição
I	Alinhamentos sobre o manifesto referente ao 01º semestre de 2025;

3. Participantes

Nome	Cargo	Assinatura
David Abdalla Pires Leal	Membro Efetivo	<i>David Abdalla Pires Leal</i>
Denis Messias de Azevedo Carvalho	Membro Efetivo	<i>Denis Messias Azevedo Carvalho</i>
Filipe Diniz Lima Sotero	Membro Efetivo	<i>FILUPE DINIZ LIMA SOTERO</i>
Geovane Ximenes de Lira	Presidente	<i>GEOVANE XIMENES DE LIRA</i>
Jorge Henrique de Sousa Plácido	Membro Efetivo	<i>Jorge Henrique de Sousa Plácido</i>

4. Convidados

Nome	Cargo	Assinatura
André Evangelista de Souza	Gerente de Riscos	<i>André Evangelista de Souza</i>
Carlos Antônio Brito dos Santos	Diretor Financeiro	<i>Carlos Antônio Brito dos Santos</i>
Tiara da Silva Duarte	Gerente de Seguridade	<i>Tiara da Silva Duarte</i>
Milton Maia Braga Martins Neto	Gerente de Controladoria	<i>Milton Maia Braga Martins Neto</i>
Júlio César Bueno de Brito	Gerente de Investimentos	<i>Júlio César Bueno de Brito</i>



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

5. Secretária;

Nome	Cargo	Assinatura
Tayara Aiane Silva Ferreira	Secretária de Governança	TAYARA AIANE SILVA FERREIRA

6. Assuntos Discutidos / Decisões:

Dando início aos trabalhos, o Presidente deste Conselho, Sr. Geovane Ximenes, cumprimentou todos os presentes e, em seguida, concedeu a palavra ao Diretor Financeiro, Sr. Carlos Brito para apresentar o único item em pauta.

I. Alinhamentos sobre o Manifesto referente ao 01º semestre de 2025;

Com a palavra, o Diretor Financeiro, Sr. Carlos Brito, informou conforme combinado na última reunião do dia 20/02, o objetivo da presente reunião foi a análise de forma mais detalhada e minuciosa os temas apresentados na última reunião, informou ainda, que a liderança da entidade está à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

O Presidente do Conselho, Sr. Geovane Lira, reforçou a importância da reunião, com toda a liderança da entidade, no intuito de compreender o andamento das recomendações e atualizações dos assuntos.

Passou a palavra para o Gerente de Investimentos, Sr. Júlio Cesar, para explicação dos tópicos que envolvem os investimentos, iniciou pela Aderência dos Recursos Garantidores, apresentou aos membros do colegiado a estrutura e a gestão dos recursos garantidores da entidade, com base nas informações constantes do relatório de investimentos. Inicialmente, foram expostos os principais dados utilizados para a elaboração do relatório, destacando-se a carteira mensal de investimentos, a Política de Investimentos, os relatórios de rentabilidade e de Compliance, bem como os demonstrativos de investimentos. Foi informado que a responsabilidade técnica pela carteira de investimentos é atribuída ao Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), sendo mencionada também a legislação aplicável que fundamenta a gestão, incluindo a Resolução CMN nº 5.202/2025 e a Lei Complementar nº 109.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

Na sequência, foi esclarecido que o serviço de custódia qualificada dos ativos da entidade é atualmente prestado pelo Banco Itaú. Durante a discussão, foi explicado que a escolha desse custodiante se deve ao fato de que o serviço de custódia é altamente especializado e exige grande capacidade tecnológica e operacional, o que restringe o número de instituições capazes de oferecê-lo com elevada confiabilidade. Nesse contexto, destacou-se que os principais custodiantes no Brasil são o Itaú e o Bradesco, sendo que a entidade mantém relacionamento com o Itaú há vários anos. Também foi mencionado que o custo aproximado do serviço gira em torno de R\$ 2.500,00 por carteira de investimento, o que, considerando o conjunto das carteiras administradas, representa um valor estimado mensal relevante, apesar, de os custos praticados entre os grandes bancos serem semelhantes.

O Presidente do Conselho, Sr. Geovane Ximenes, sugeriu pelo colegiado que, periodicamente, sejam realizadas cotações com outras instituições financeiras, como forma de avaliar a competitividade dos preços e assegurar a eficiência na contratação do serviço.

Posteriormente, foi apresentada a composição consolidada dos investimentos da entidade. Informou-se que o patrimônio total dos planos somados alcançava aproximadamente R\$ 3,1 bilhões. Observou-se que a maior parcela dos recursos estava alocada em títulos públicos, representando cerca de 60% da carteira, enquanto aproximadamente 27% estavam aplicados em fundos de renda fixa. Dessa forma, cerca de 87% dos recursos encontravam-se alocados em ativos de renda fixa, evidenciando uma estratégia de investimentos predominantemente conservadora. As demais alocações estavam distribuídas entre investimentos estruturados, operações com participantes (empréstimos), fundos de direitos creditórios, ações, investimentos imobiliários, investimentos no exterior e imóveis, todos com participação proporcionalmente menor na carteira.

Durante a apresentação dos fundos de investimento, foi esclarecido que a entidade mantém tantos fundos exclusivos quanto fundos abertos em sua estratégia. Entre os principais, destacaram-se fundos de renda fixa utilizados para gestão de liquidez e alocação estratégica, bem como fundos exclusivos administrados especificamente para a entidade. Também foram mencionados fundos herdados de processos de incorporação de outras entidades, como no caso da Fundação Eletra, alguns dos quais permanecem em carteira devido à existência de processos jurídicos, arbitragens ou perspectivas de recuperação de créditos. Foi ressaltado que, mesmo quando determinados fundos apresentam saldos residuais ou pequena representatividade no patrimônio, sua manutenção pode ser necessária até a conclusão de processos judiciais ou de liquidação de ativos.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

No que se refere aos investimentos estruturados e fundos de participação (FIPs), o gerente explicou que parte desses ativos também foi incorporada de entidades anteriormente existentes e que alguns deles ainda se encontram em fase de acompanhamento jurídico ou arbitral. De forma semelhante, foram apresentados fundos de direitos creditórios (FIDCs) que permanecem na carteira em razão de processos de recuperação de crédito relacionados a eventos passados, inclusive envolvendo instituições financeiras que foram liquidadas ou passaram por processos de recuperação judicial.

Em relação aos investimentos no exterior, foi informado que a entidade possui participação em fundos internacionais geridos por diferentes instituições financeiras. Embora alguns desses fundos tenham sido herdados de processos de incorporação, a equipe de investimentos avaliou que apresentam bom desempenho e consistência em suas estratégias no longo prazo, razão pela qual foram mantidos na carteira. Ressaltou-se que a avaliação desses investimentos considera não apenas a rentabilidade pontual, mas principalmente a consistência de resultados ao longo do tempo, bem como a diversificação proporcionada pela presença de diferentes gestores e estratégias.

Na sequência, foram apresentados os investimentos em títulos públicos, destacando-se que esses ativos representam parcela significativa da carteira em função das diretrizes de segurança e prudência que orientam a gestão de recursos de entidades fechadas de previdência complementar. Foi explicado que a seleção dos títulos considera o estudo de (ALM), realizado anualmente, que tem como objetivo compatibilizar os fluxos de pagamentos futuros dos benefícios com os vencimentos dos ativos financeiros. Dessa forma, a entidade busca alinhar os prazos dos investimentos com as necessidades futuras de liquidez dos planos. Ressaltou-se ainda que a preferência pela aquisição de títulos indexados à inflação, como as NTN-B, decorre do fato de que o passivo atuarial da entidade também está atrelado à inflação, permitindo o adequado casamento entre ativos e passivos. Também foi esclarecido que a consultoria de investimentos contratada pela entidade realiza estudos comparativos periódicos entre os resultados da fundação e os resultados de outras entidades fechadas de previdência complementar atendidas pela consultoria. Esses relatórios, apresentados regularmente ao Comitê de Investimentos, permitem avaliar o desempenho da carteira em relação ao mercado e à mediana das entidades comparáveis.

O Conselheiro Sr. Filipe Sotero sugeriu que a Entidade apresentasse, em momento oportuno, um estudo comparativo de mercado em relação aos resultados medianos de outras entidades, para conhecimento do Conselho Fiscal. O Diretor Financeiro acolheu a sugestão e informou que o tema será incluído oportunamente em pauta para apresentação ao colegiado.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

Em seguida, foram analisados os limites de enquadramento estabelecidos pela regulamentação vigente. Foi informado que todos os planos da entidade se encontravam devidamente enquadrados nos limites legais de alocação por segmento de investimento, não tendo sido identificado qualquer desenquadramento no período analisado.

No que se refere à rentabilidade, foi apresentado o desempenho dos planos no semestre analisado, destacando-se que todos os planos superaram suas respectivas metas atuariais no período, com destaque para o plano de perfil mais arrojado. Foram ainda demonstradas as rentabilidades segmentadas por tipo de investimento, incluindo renda fixa, renda variável e operações com participantes.

Por fim, foi apresentada a carteira de empréstimos concedidos aos participantes, cujo saldo aproximado totalizava cerca de R\$ 47 milhões.

Solicitando a palavra, o Gerente de Controladoria, Sr. Milton Maia, esclareceu alguns tópicos, durante a discussão, foram abordadas as provisões para devedores duvidosos (PDD), especialmente em relação a carteiras antigas herdadas de planos incorporados. Foi explicado que parte dessas provisões decorre de regras anteriores de concessão de crédito, que permitiam a contratação de empréstimos sem a exigência de saldo suficiente na reserva do participante. Nessas situações, quando o participante se desligava da empresa e não possuía saldo suficiente para compensar o valor do empréstimo, tornava-se necessária a cobrança judicial do saldo remanescente. Informou-se que diversos casos se encontram atualmente em acompanhamento jurídico, havendo expectativa de recuperação parcial dos valores. Adicionalmente, foi esclarecido que as regras atuais de concessão de empréstimos foram aperfeiçoadas para reduzir riscos, incluindo a limitação do valor do crédito a até 70% do saldo da reserva do participante, além da previsão de carência e da futura adoção de seguro prestamista. Também foi explicado que as provisões seguem critérios definidos pela regulamentação da PREVIC, baseados no tempo de atraso das parcelas, sendo que as provisões são constituídas gradualmente até que, em determinados casos e após esgotadas as possibilidades de recuperação, os valores possam ser efetivamente reconhecidos como perda.

Ao final da exposição, alguns questionamentos adicionais foram registrados pelo colegiado, especialmente, sobre histórico de perdas efetivas e critérios de provisão, tendo sido solicitado pelo Conselheiro, Sr. David Abdala, que a equipe técnica apresente posteriormente informações complementares e detalhamento das regras aplicáveis. Encerrada a apresentação sobre investimentos, a reunião prosseguiu para a análise dos temas atuariais constantes da pauta.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

Partindo para, Situação Financeira atuarial, a Gerente de Seguridade, Sra. Tiara Duarte, apresentou a análise atuarial referente ao exercício de 2025, destacando-se inicialmente o crescimento da entidade em relação ao ano anterior. Foi informado que, comparado a 2024, a entidade registrou um crescimento aproximado de 5% em sua população total de participantes. No relatório foram apresentadas tabelas contendo a evolução de cada plano, com as respectivas movimentações ocorridas no período. Observou-se, por exemplo, que o plano CELPA-OP apresentou crescimento de cerca de 1%, enquanto o plano Equatorial CD registrou aumento mais significativo de participantes. Por outro lado, o plano BD I apresentou uma pequena redução de aproximadamente 1%. Ao final da análise demográfica, evidenciou-se que, no consolidado da entidade, houve crescimento total de cerca de 5%, resultado principalmente da expansão do plano Equatorial CD.

Na sequência, foram apresentadas as premissas atuariais utilizadas na avaliação, incluindo as tábuas biométricas e hipóteses demográficas aplicadas aos planos. Foi esclarecido que as hipóteses adotadas permaneceram as mesmas utilizadas no estudo de aderência realizado em 2023, uma vez que a legislação e as boas práticas recomendam a realização desse tipo de estudo em intervalos de três anos. Assim, no exercício de 2024 não houve necessidade de alteração das premissas atuariais, tendo sido mantidas aquelas consideradas adequadas no estudo anterior.

Posteriormente, passou-se à análise da situação financeira e atuarial dos planos. Foram apresentados os resultados que indicaram a existência de superávit em alguns planos e déficit em outros. No plano CELPA OP foi registrado superávit, enquanto o plano CELPA R apresentou déficit. O Presidente do Conselho, Sr. Geovane Ximenes, solicitou esclarecimentos, quanto aos déficits, durante a discussão, foi esclarecido que tanto superávit quanto déficit representam situações de desequilíbrio atuarial, sendo que o objetivo da gestão é manter os planos próximos do equilíbrio técnico, ainda que pequenas oscilações ocorram naturalmente ao longo do tempo.

No caso específico do plano CELPA R, foi explicado que o déficit observado não decorre de problemas estruturais atuais de gestão financeira ou atuarial, mas sim de características históricas da estrutura do plano. Anteriormente, o CELPA R funcionava como plano responsável pela cobertura do risco de invalidez dos participantes vinculados ao plano CELPA OP. Assim, quando um participante se aposentava por invalidez no CELPA OP, ele passava a receber o benefício pelo CELPA R, o que exigia a constituição de provisões matemáticas adicionais naquele plano. Esse mecanismo gerou déficits recorrentes ao longo de aproximadamente cinco anos, os quais



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

ultrapassaram os limites permitidos pela legislação e exigiram a adoção de planos de equacionamento.

Dessa forma, foi celebrado contrato de equacionamento de déficit pela patrocinadora Equatorial Pará, responsável por realizar aportes mensais para cobertura do desequilíbrio atuarial. Contudo, foi esclarecido que, nos processos de equacionamento aprovados pelo Conselho Deliberativo, optou-se por equalizar apenas o valor mínimo necessário para que o plano saísse da faixa obrigatória de equacionamento prevista na legislação, não sendo realizada a cobertura integral do déficit acumulado. Em razão disso, ainda permanecem valores residuais decorrentes de déficits de exercícios anteriores. Também foi informado que a estrutura do plano foi posteriormente corrigida mediante aprovação de alteração regulamentar pela PREVIC, separando definitivamente o funcionamento do CELPA R em relação ao CELPA OP. Com essa mudança, participantes aposentados por invalidez passaram a permanecer no próprio plano de origem, eliminando a transferência automática que anteriormente gerava novas necessidades de provisão no CELPA R. Em decorrência dessa reestruturação, a patrocinadora deixou de realizar novos equacionamentos a partir de 2024 e 2025, permanecendo apenas o déficit residual acumulado de exercícios passados, o qual vem sendo gradualmente reduzido conforme os resultados financeiros positivos da carteira de investimentos. Foi demonstrado, inclusive, que o valor do déficit diminuiu no período analisado, evidenciando que o desempenho financeiro tem contribuído para reduzir gradualmente o desequilíbrio acumulado. Ressaltou-se ainda que o nível atual do déficit se encontra dentro dos limites permitidos pela regulamentação, não sendo necessária a adoção de novo plano de equacionamento.

Na sequência, foram comentados os resultados de outros planos que apresentaram déficit. No caso do plano CV Goiás, esclareceu-se que o déficit registrado teve origem em período anterior à atual gestão da entidade, tendo sido gerado ainda durante a administração anterior. O equacionamento desse déficit foi realizado posteriormente, com divisão das responsabilidades entre patrocinadora e participantes, na proporção de suas contribuições ao plano, conforme determina a legislação. Assim, aproximadamente metade do valor foi assumida pela patrocinadora Equatorial Goiás e a outra metade pelos participantes.

O Sr. Carlos Brito, complementou, ainda que a legislação estabelece que o equacionamento de déficits deve ser realizado proporcionalmente às contribuições efetuadas ao plano. Dessa forma, quando participantes e patrocinadora contribuem em partes equivalentes, ambos assumem também a responsabilidade pelo equacionamento na mesma proporção. Por outro lado, quando apenas a



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

patrocinadora contribui para determinado plano, como ocorre no CELPA-R, toda a responsabilidade pelo equacionamento recai exclusivamente sobre ela. Da mesma forma, caso ocorra superávit nesses planos, a destinação também seguirá a mesma lógica de proporcionalidade.

Em relação ao plano BD Goiás, foi destacado que a situação é distinta, uma vez que as contribuições são realizadas apenas pelos participantes. Assim, eventuais déficits desse plano são integralmente de responsabilidade dos participantes, não havendo participação da patrocinadora no equacionamento. Também foi mencionado o plano CV Piauí, que apresentou déficit atuarial, porém em nível considerado dentro dos limites permitidos pela legislação vigente. Dessa forma, não há necessidade de implementação de plano de equacionamento, permanecendo o plano dentro da margem de tolerância regulatória.

Ao final da análise atuarial, foi ressaltado que, conforme registrado no parecer atuarial apresentado no relatório, apesar da existência de déficits em alguns planos, tais valores não comprometem a solvência nem a sustentabilidade da entidade. Os planos permanecem financeiramente equilibrados dentro dos parâmetros legais e atuariais, mantendo capacidade de honrar suas obrigações previdenciárias.

Encerrada a análise da situação atuarial dos planos, e todas dúvidas devidamente dirimidas, a reunião prosseguiu para a apresentação do próximo item da pauta, referente ao Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Com a palavra, o Gerente de Controladoria, explicou sobre o PGA, apresentando a análise referente ao primeiro período de acompanhamento de 2025. Inicialmente, foi informado que o ativo administrativo apresentou crescimento de aproximadamente 5,54% em relação ao encerramento do exercício anterior. Na composição desse resultado, observou-se redução no exigível operacional e aumento no exigível contingencial, enquanto o ativo líquido registrou crescimento de cerca de 5,72% no período analisado. Na sequência, foram apresentados os dados de movimentação financeira do PGA. Foi informado que a receita administrativa totalizou aproximadamente R\$ 13.275.000,00, enquanto a utilização de recursos alcançou cerca de R\$ 8.478.000,00. Em decorrência desse resultado positivo entre receitas e despesas administrativas, verificou-se incremento aproximado de R\$ 4.797.000,00 no ativo administrativo.

Posteriormente, foram analisados os indicadores de gestão administrativa, cujo acompanhamento é exigido pela legislação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. O primeiro indicador apresentado refere-se à taxa administrativa em relação aos recursos garantidores dos planos, que atingiu aproximadamente 0,30%, permanecendo abaixo do limite de 0,50% aprovado



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

pelo Conselho Deliberativo. Ressaltou-se que, embora o limite seja anual, é realizado acompanhamento semestral para monitoramento do desempenho.

Outro indicador analisado foi o da despesa administrativa em relação ao total do ativo da entidade, bem como o indicador de despesa administrativa per capita, que registrou valor aproximado de R\$ 405,00 por participante no período. Também foi apresentada a participação das despesas com serviços de terceiros em relação ao total das despesas administrativas, que alcançou cerca de 24%, além do indicador que relaciona despesas administrativas aos recursos garantidores, o qual apresentou resultado aproximado de 0,27%, demonstrando que a receita administrativa permaneceu superior às despesas no período analisado.

Em relação ao Fundo Administrativo, foi demonstrado que o saldo acumulado permitiria suportar aproximadamente quatro anos de despesas administrativas da entidade, evidenciando situação confortável de cobertura financeira. Foi apresentado também o indicador de taxa administrativa anual por participante, estimado em cerca de R\$ 778,00.

Na análise da estrutura de despesas, destacou-se que as despesas com pessoal representaram aproximadamente 52% da receita administrativa e cerca de 58% do total das despesas administrativas, evidenciando que o maior componente da estrutura de custos da entidade está relacionado ao quadro de pessoal.

Foi ressaltado ainda que os indicadores de gestão vêm sendo regularmente monitorados e que todos os resultados apresentados permanecem dentro dos limites e parâmetros definidos pela governança da entidade. Além disso, foi informado que houve recomendação para atualização desses indicadores à luz da legislação vigente, procedimento que já foi realizado no final de 2025 mediante atualização do regulamento do PGA.

Na sequência, foram apresentadas variações relevantes entre valores orçados e realizados no orçamento administrativo. No item de treinamento, foi registrada economia de aproximadamente 82% do valor previsto, correspondente a cerca de R\$ 33 mil, em razão de ajustes de agenda, escalas de férias e disponibilidade de cursos no período, sendo parte dessas ações remanejada para o segundo semestre. Em decorrência disso, as despesas com viagens, vinculadas à participação em treinamentos, também apresentaram redução de aproximadamente 38%, representando economia de cerca de R\$ 46 mil.

No item serviços de terceiros, verificou-se economia aproximada de 26%, correspondente a cerca de R\$ 720 mil, destacando-se redução em despesas jurídicas e, principalmente, em serviços de



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

tecnologia da informação. Nesse caso específico, parte dos custos inicialmente previstos para implantação do sistema foi posteriormente classificada como investimento e imobilizada contabilmente, e não registrada como despesa administrativa no período.

Também foi registrada variação em despesas de auditoria, uma vez que alguns serviços previstos foram contratados apenas no segundo semestre. Da mesma forma, despesas relacionadas a publicidade e comunicação institucional, especialmente aquelas vinculadas à realização da Semana da Previdência e à divulgação dos planos, tiveram execução iniciada apenas no segundo semestre, gerando economia temporária no primeiro período analisado.

No item despesas gerais, foi observada economia aproximada de 11%, equivalente a cerca de R\$ 32 mil, decorrente principalmente da redução em taxas bancárias e despesas operacionais, além da não contratação de alguns serviços inicialmente previstos para o período. Também foram registradas reduções em custos de envio de correspondências e serviços de logística.

Durante a análise orçamentária, O Presidente do Conselho, Sr. Geovane Ximenes, solicitou esclarecimentos a questão da depreciação, destacando-se que atualmente não há previsão orçamentária específica para esse item, pois a entidade apenas registra sua realização contábil, onde foi sugerido que essa prática seja revisitada e que seja apresentada posteriormente uma justificativa técnica sobre a ausência de previsão orçamentária para esse tipo de despesa, em resposta, o Gerente de Controladoria irá verificar a possibilidade.

Por fim, foi apresentada a composição das receitas administrativas, destacando-se que aproximadamente 64% das receitas decorrem de resultados de investimentos, enquanto 25% são provenientes de contribuições das patrocinadoras e cerca de 10% das contribuições dos participantes.

Em relação à estrutura das despesas administrativas, foi evidenciado que o maior componente corresponde às despesas com pessoal, representando aproximadamente 69% do total, seguidas pelas despesas com serviços de terceiros, tributos e demais despesas operacionais em proporções menores.

Encerrada a apresentação, e todas as dúvidas foram dirimidas, concluiu-se que o acompanhamento da gestão administrativa demonstra equilíbrio financeiro, controle orçamentário adequado e aderência aos indicadores de gestão estabelecidos, não havendo apontamentos que comprometam a sustentabilidade administrativa da entidade.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

Por fim, de forma resumida, o Gerente de Controles Internos, Sr. André Evangelista, explanou que a análise referente à conformidade da entidade com a Resolução CGPC nº 13, que estabelece diretrizes para a gestão de controles internos nas entidades fechadas de previdência complementar. Destacou-se que a norma determina que as entidades devem identificar, analisar e avaliar continuamente os riscos de suas operações, bem como prevê que o Conselho Fiscal se manifeste semestralmente sobre a efetividade desse processo.

Inicialmente, foi realizada avaliação da aderência da EQTPREV às normas vigentes e ao seu arcabouço normativo interno. Foram analisados documentos institucionais relevantes, incluindo o Relatório Anual de Informações, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, bem como o relatório da última fiscalização realizada pela PREVIC, verificando-se a inexistência de recomendações pendentes decorrentes de auditorias ou fiscalizações. Na sequência, procedeu-se à análise da composição dos órgãos estatutários da entidade, com verificação da qualificação, certificação e habilitação dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, do Comitê de Investimentos e do (AETQ). Também foram avaliados os prazos de validade das certificações dos membros dos colegiados, bem como a regularidade de suas habilitações. Foi apresentado, ainda, o levantamento dos treinamentos e eventos realizados pelos membros da entidade, destacando-se a importância dessas atividades para a manutenção e pontuação das certificações exigidas pela regulamentação do setor.

No que se refere à gestão de riscos, foi informado que a entidade adotou metodologia baseada nas diretrizes do COSO e da norma ISO 31000. O processo consistiu na identificação, análise e avaliação dos riscos associados às atividades da entidade, com definição de planos de ação para mitigação dos riscos identificados. Foi esclarecido que esse processo foi conduzido periodicamente pela área de riscos em conjunto com os gestores das áreas, envolvendo a identificação dos principais riscos operacionais, avaliação de impacto e frequência, bem como o estabelecimento de medidas de controle.

Com relação ao primeiro semestre de 2025, registrou-se que não havia ciclo de avaliação de riscos em andamento. Contudo, informou-se que no segundo semestre do mesmo ano foi realizado novo processo de identificação e avaliação de riscos, cujos resultados seriam apresentados em manifestação posterior do Conselho Fiscal.

No âmbito de Compliance, foi confirmada a vigência da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 2024. Também



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

foi relatado o acompanhamento sistemático das obrigações regulatórias da entidade junto aos órgãos reguladores, especialmente PREVIC e Receita Federal, sendo destacado que todas as obrigações foram cumpridas dentro dos prazos estabelecidos, sem ocorrência de penalidades ou multas nos últimos cinco anos.

Foram igualmente avaliados aspectos relacionados às certidões negativas da entidade, ao monitoramento de recomendações oriundas de fiscalizações e auditorias, à transparência institucional por meio das informações disponibilizadas no site da entidade, bem como ao controle e à atualização periódica das políticas internas.

Foi informado, ainda, que o Código de Ética e Conduta da entidade estava em processo de atualização, em atendimento a recomendação formulada pela PREVIC na última fiscalização. A minuta revisada encontrava-se em fase de análise para posterior implementação.

No que se refere à proteção de dados pessoais, registrou-se que a entidade adotou a estrutura corporativa do grupo para atendimento às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), contando com responsável designado para a função de encarregado pelo tratamento de dados.

Após a análise dos diversos aspectos avaliados, o relatório concluiu pela adequação dos controles internos da entidade no período analisado, apresentando manifestação favorável quanto à efetividade dos processos adotados.

Por fim, foram apresentadas recomendações voltadas ao aprimoramento contínuo da governança da entidade, incluindo o acompanhamento das premissas e hipóteses atuariais dos planos, o monitoramento da situação financeira e atuarial, o acompanhamento da execução orçamentária do Plano de Gestão Administrativa e a manutenção do monitoramento das recomendações oriundas de auditorias e fiscalizações.

Também foi registrada recomendação referente à regularização da habilitação dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. Esclareceu-se que o mandato atual teve início em 2024, período em que a entidade ainda se encontrava classificada no segmento S3, não havendo obrigatoriedade regulatória de habilitação para os membros dos colegiados. Com a reclassificação da entidade para o segmento S2 em 2025, passou a existir essa exigência normativa, tendo sido acordado pela Diretoria, que a habilitação dos conselheiros será implementada a partir do próximo mandato dos colegiados. Atualmente, apenas os membros da Diretoria Executiva possuem habilitação formal perante o órgão regulador.



EQTPREV – Equatorial Energia Fundação de Previdência

ATA DA 02ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DO CONSELHO FISCAL NO EXERCÍCIO DE 2026

Houve discussão acerca dos temas apresentados, durante a qual foram prestados os devidos esclarecimentos aos membros do colegiado, não restando dúvidas quanto ao conteúdo exposto. Após as deliberações, o Relatório de Controles Internos (RCI), referente ao 1º semestre de 2025, **foi submetido à apreciação do colegiado e aprovado por unanimidade pelos membros presentes, sem quaisquer ressalvas ou manifestações contrárias.**

Nada mais havendo a tratar, e esgotados os assuntos constantes da pauta, sem outras manifestações, o Presidente declarou encerrada a reunião às 17h30min. Em seguida, foi determinada a lavratura da presente ata, que, após lida e aprovada, será devidamente assinada pelos participantes por meio de plataforma digital, para fins de registro e formalização.